

# EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES: POLÍTICAS PÚBLICAS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Joviana Vedana da Rosa – UFFS  
jovianavedana@yahoo.com.br  
Co-Autora: Fernanda May – UFSS  
fmay2010@hotmail.com

Eixo 06: Educação dos trabalhadores e políticas públicas (Educação Básica, Superior e Pós-Graduação).

**Resumo:** O desenvolvimento desigual da educação tem na escola o seu maior exemplo e, historicamente, a universidade é um espaço para minorias, entretanto, nas últimas décadas temos vivido uma crescente expansão do ensino superior no Brasil e as classes excluídas têm maior possibilidade de realizar um curso universitário. Este trabalho visa destacar desafios das classes populares, principalmente de trabalhadores, na continuidade dos estudos e questiona se o avanço de políticas públicas de expansão do ensino superior de fato tem se oferecido de uma forma adequada às exigências e limites desse novo público. Além disso, apontam-se outras possibilidades, a partir da educação popular, considerando que é a partir do tensionamento e de demandas da sociedade que se pode esperar uma universidade baseada em outras concepções e que não correspondam apenas aos interesses das elites dominantes. Deste modo, cita-se como exemplo a Escola Itinerante do Movimento dos Sem-Terra, a Universidade Popular dos Movimentos Sociais e o Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim.

**Palavras-chave:** Aluno-trabalhador. Políticas Públicas. Ensino Superior. Educação Popular.

## 1. Introdução

Desde a ascensão do capitalismo as classes populares, principalmente a classe de trabalhadores, têm se submetido às vontades da classe dominante. Tendo de vender sua força de trabalho para atender suas necessidades básicas. Dentro dessa lógica de estratificação social, as classes populares estavam sempre condicionadas por essa força dominante que as impedia de serem sujeitos diante das suas próprias histórias. Isso acarretou que para além dos muitos outros direitos que lhes foram negados, o acesso à educação não fez parte da vida de muitos trabalhadores e trabalhadoras. E quando podiam alcançar algum grau de formação, esta era voltada estritamente para o trabalho, ou seja, era apenas um treinamento ou a garantia de que os trabalhadores manter-se-iam disciplinados aos comandos dos patrões e que tivessem condições de estabelecer algum tipo de sociabilidade. Não interessava que tivessem qualquer outro tipo de conhecimento.

Diante desse cenário, muitas foram as lutas e movimentos dos trabalhadores que reivindicavam melhores condições de trabalho, salários maiores, acesso a seus direitos e principalmente educação para seus filhos. As conquistas não foram muitas, mas o suficiente para que houvesse mudanças no sistema de ensino. O que ficava restrito apenas aos filhos da elite, passou a congrega também as classes populares.

A massificação do ensino escolar ainda que tivesse colaborando para que mais pessoas tivessem acesso à escola, acarretou em uma série de problemas, diante da falta de estrutura para receber um número consideravelmente maior do que se estava acostumado. A falta de espaço, a falta de professores, os baixos salários, a falta de investimento na educação, propiciou o sucateamento das escolas públicas. O que teve como consequência o baixo desenvolvimento, a baixa eficiência e produtividade do ensino público, fazendo crescer cada vez mais os investimentos do Estado no setor privado da educação.

O crescimento do setor privado, mais uma vez reproduzia a lógica da sociedade classista, ou seja, a educação passou a estar disponível em grande parte a quem podia pagar, principalmente no que diz respeito ao nível superior. O que acelerou o processo de expansão do setor privado da educação, a partir do neoliberalismo (década de 1990), foi a ausência do Estado diante da prestação de alguns serviços, passando então a educação a ser gerida pela lógica de mercado. Sendo assim, mais uma vez a classe trabalhadora submetia-se a ver a educação não como um direito, mas uma mercadoria com custos altos.

Nas últimas décadas temos vivido uma crescente expansão do ensino superior no Brasil. Com o aumento do número de vagas, tanto em instituições públicas como privadas, e por meio da criação de novas universidades. O que se pode observar diante deste contexto é a chegada à universidade de segmentos historicamente excluídos do ensino superior. Desse modo a universidade se tornou realidade para muitas e muitos filhos de trabalhadores tanto do campo quanto da cidade.

Este trabalho visa destacar desafios, impedimentos muitas vezes, das classes populares na continuidade dos estudos, questionando se as condições em que têm se dado a expansão do ensino de fato tem se oferecido de uma forma adequada às exigências e limites desse novo público; formação esta que para além de permitir a busca por um emprego melhor permita uma ascensão social, esteja baseada em princípios de igualdade e justiça e não permita que se continue reproduzindo uma sociedade hierarquicamente desigual.

Desta forma, em um primeiro momento discute-se o desenvolvimento desigual da educação, que tem na escola o seu maior exemplo e a universidade como um espaço para minorias, as políticas de expansão do ensino superior e a inserção de classes populares, e,

portanto, o surgimento de um novo perfil de estudante, o aluno-trabalhador, na universidade. Em um segundo momento, aponta-se possibilidades, a partir da Educação Popular, aproximando movimentos que repensam e aproximam escola, universidade e movimentos sociais, citando-se como exemplo a Escola Itinerante do Movimento dos Sem-Terra (MST), a Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) e o Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim.

## **2. Universidade e Políticas Públicas**

Não podemos falar em ensino sem falar em aprendizagem, assim como não podemos falar de ensino-aprendizagem sem mencionar a educação. Tampouco, podemos falar sobre políticas públicas para o ensino, neste caso o superior, desconsiderando esta prática social. Conforme Brandão (2007), não se pode confundir educação com escolarização e nem pensar que a educação existe apenas no ensino formal. A todo instante estamos aprendendo e ensinando, porém, no momento em que há distinção entre o saber e o fazer, com o surgimento de um saber especializado, aliado a interesses políticos e controladores, ocorre a oferta desigual da educação e aparece a escola como um meio reprodutor de determinados interesses e a serviço de certas classes sociais. Neste momento, há a supremacia do saber científico em detrimento do saber popular e a escola e a universidade são vistas como detentoras do conhecimento.

O desenvolvimento desigual da educação tem na escola o seu maior exemplo. Em busca de uma teórica formação integral do ser humano coloca-se em paridade de condições sujeitos com realidades diferentes. A igualdade de acesso ao ensino formal, do básico ao superior, oculta desigualdades sociais. Culpa-se no caso de um “fracasso” inevitável, muitas vezes, para as classes sociais menos favorecidas, a potencialidade do indivíduo. Esquece-se a precariedade em que se encontra o ensino público, com a falta de recursos estruturais, materiais e humanos. Esquece-se que o aluno, não raro, é trabalhador, que antes de tudo ele precisa sobreviver. A educação, desta forma, deixa de ser um direito e torna-se um privilégio. Assim,

A educação do povo é deficiente e desvela aquilo que ela oculta: a deficiência aparentemente acidental sustenta a necessidade de que a educação seja desigual. Afirmando possuir as condições do jogo, onde todos

de início são dados como iguais e partem das mesmas condições, sobre as quais a diferença da qualidade individual estabeleça a diferença de resultados, ela se realiza como um rito, onde as posições estão marcadas de modo antecedente e desigual e os resultados, portanto, são conhecidos antes de serem cumpridos pelos atores da escola (BRANDÃO, 2006, p. 48).

Estamos tão dependentes de um saber especializado que não nos enxergamos vivendo em uma sociedade sem professores, médicos, engenheiros, arquitetos etc. Muito além de um saber é uma exigência do “desenvolvimento” do mercado de trabalho, do tão sonhado progresso, de diminuir as desigualdades. Logo, esta formação perpassa pela universidade, sendo este o seu objetivo em maior evidência atualmente.

Conforme Wanderley (2003), a universidade historicamente contribuiu para a formação de uma elite. Vista como uma instituição onde se concentra e produz o mais alto conhecimento e a mais alta cultura, não estava disponível a maioria da população. Ainda, deve-se levar em conta que o Brasil sempre foi um país cultural e economicamente dependente, por conseguinte, a criação da universidade não ocorreu de forma diferente, ela foi pensada a partir de referências advindas do exterior e não adequadas à realidade brasileira, gerando contradições e medidas para superá-las e atender às demandas sociais.

Um exemplo disso são as políticas de democratização do ensino superior público. À medida que se expandem vagas de acesso questiona-se a própria constituição da universidade, uma vez que ela não foi criada para a maioria. Como não transformá-la em massificação e ultrapassar a pura exigência para o mercado e o capital? Como lidar com a concepção bancária e clientelista do ensino, que tem suas origens no próprio sistema, em que ensinar é transmitir conhecimentos, estudar é um privilégio e o trabalho torna-se o ponto central na vida do aluno, seja este último para o simples consumismo ou por legítima necessidade?

As propostas do governo para o ensino superior se pautam principalmente ao nível de políticas públicas. Como Política Pública, devemos entender a intervenção do Estado na sociedade. Segundo Höfling (2001, p.31), “Política Pública é o Estado implementando um projeto de governo através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. A elaboração dessas ações é permeada de uma intencionalidade e uma ideologia que vai determinar para que e para quem estarão voltadas essas políticas. Dessa forma, o “Estado em ação” é resultado de uma disputa política, que envolve concepções e interesses de classe.

Dentro da lógica do Estado capitalista, a pretensão é qualificar a mão de obra demandada pelo mercado, e assim, manter sob controle parcelas da população que se encaixam nesse perfil, ou seja, que necessitam vender sua força de trabalho, e que ainda,

precisam corresponder às exigências do mercado, por mão de obra qualificada. É dentro dessa lógica, que na década de 1990, começa a acontecer, dentro dos padrões mercadológicos, a expansão do ensino superior no Brasil e concentrado nos grandes centros urbanos, em favor do setor privado.

No intuito de beneficiar o setor privado, foram elaborados projetos como o PROUNI, Fies, UAB (Universidade Aberta do Brasil), que isentam as instituições privadas de tributos fiscais, tornando-as ainda mais lucrativas para o país. Reforçando assim, a ideia de educação como mercadoria e ferindo a lógica de democratização da educação.

[...] em 1991 estavam funcionando no país 893 IES, em 1996 esse número sobe para 922, chegando em 2004 a um total de 2.013, o que representou uma variação de 3,2% no primeiro período, e de 118,3% no segundo. Desse total, apenas 11% era públicas. Essa variação positiva, principalmente no segundo período e em relação às IES privadas, deveu-se, entre outros fatores, a política liberalizante implementada pelo MEC (RAIZER *apud* PEREIRA, T.I.; SILVA, L. F.C. S. C., 2010, p.22).

O quadro apresentado acima, no diz respeito ao aumento das instituições privadas e comprova a expansão do ensino superior ligada aos créditos do mercado. A partir do governo Lula da Silva (2003-2010), reforçou-se a ideia de expansão do ensino superior, principalmente com a implantação do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) que foi instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, sendo uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O REUNI foi responsável pela construção de quatorze novas universidades. Entre elas, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)<sup>1</sup>. A UFFS vem com a proposta da interiorização do ensino superior, buscando oferecer a possibilidade do acesso à universidade a quem se via distante dos grandes centros que compreendem instituições públicas de ensino, ficando atrelados, presos as opções do ensino privado.

Nesse sentido, é importante ratificar que a universidade parece romper com uma lógica hegemônica no ensino superior público no país, pois a ênfase na continuidade da relação escola *pública* - universidade *pública* indica um fato novo, ainda mais da forma como a UFFS foi pensada e implementada: em

---

<sup>1</sup> Sediada em Chapecó/SC, a instituição possui estrutura multicampi que integra os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Trata-se de uma universidade voltada para a população dos 396 municípios que compõem a Mesorregião da Fronteira do Mercosul — uma região historicamente desassistida pelo poder público, especialmente no tocante ao acesso à educação superior (PEREIRA, T.I.; SILVA, L. F.C. S. C., 2010, p.21).

parceria como os movimentos sociais. (PEREIRA,T.I; SILVA,L.F.S.C., 2010, p.24)

Além da parceria com os movimentos sociais e do bônus oferecido aos alunos das escolas públicas (aumento de 30% em relação à nota do ENEM) e tendo como principal forma de ingresso a prova do ENEM, o intuito da universidade é para além de pública, gratuita, ser também, popular. Dentro dos quesitos elencados, é possível perceber que já houve uma mudança no quadro hegemônico em relação ao ensino público no Brasil, observando os números relativos aos estudantes que ingressaram nos primeiros semestres, sendo mais de 90% alunos de escola pública.

A importância de analisar as políticas públicas referentes à expansão do ensino superior no país, como o Reuni, é uma possível avaliação do alcance, das possibilidades e contradições desses programas em relação a suas propostas e sua real efetividade. No que tange as novas universidades, assim como a UFFS, a questão é que de fato, promova o acesso e a permanência de estudantes das classes trabalhadoras, distanciando-se do risco de continuar reproduzindo um ensino superior elitista, para poucos.

Nessa análise, é importante ressaltar que assim como existem pontos positivos, também parece haver para além do lado negativo, o descaso do governo em relação à efetivação dessas políticas. Não basta aumentar o número de vagas, criar novas instituições, facilitar o acesso, se não houver a garantia de recursos para manter esses estudantes e lhes oferecer uma formação qualificada nos níveis do ensino, da pesquisa e da extensão.

Não podemos fechar os olhos diante do avanço que tem possibilitado a mais pessoas o acesso a uma formação universitária e consequentemente uma melhora nos padrões socioeconômicos. Assim, como não podemos nos cegar diante da falta de recursos e investimentos. A expansão não parece ter vindo acompanhada de aumentos qualitativos, o que acarreta o avanço para a precarização da educação e a transformação das universidades em “escolões”. Isso tudo põe a perder o caráter público, da excelência, da produtividade das universidades públicas, o que dizer das que pretendem assumir um caráter popular.

Diante desse quadro, Leher ao argumentar sobre a expansão revela:

A expansão das matrículas é real, mas em bases precárias. O número de campi das universidades federais cresceu significativamente. Contudo a distância entre a criação no papel e sua efetivação é grande. A grande maioria dos novos campi funciona de modo particularmente precário, em prédios emprestados, escolas estaduais, com poucos docentes efetivos [...] sem luta as universidades federais conhecerão um quadro profundamente difícil. Novos campi, novos cursos, cursos redimensionados para atender ao

dobro de alunos mas sem base material e de pessoal para dar conta dessa enorme demanda (LEHER, 2010, p.402).

Outro aspecto que deve ser questionado é sobre as políticas de permanência à universidade, será que elas são eficientes para o aumento da demanda de alunos de classes populares? Mas, para muito além disso, o que deve ser discutido é a reformulação da própria estrutura da universidade. Deve-se repensar os seus objetivos a partir da realidade de cada local, uma universidade verdadeiramente autônoma. Nesta tendência, é preciso admitir que se a universidade serviu por muito tempo para a formação de uma elite ela pode muito bem, através do devido acesso às camadas mais populares, ultrapassar a simples produção de conhecimento, formação profissional e a “extensão” à comunidade como uma via de mão única, aliás, segundo Santos (2010), ela deve ser formadora de um novo senso comum, reunindo os saberes científicos e populares, o saber e o fazer, a teoria e a prática. No entanto, uma vez que a universidade é uma instituição social somente a sociedade pode modificá-la. Neste sentido, a educação popular tem muito a contribuir.

Conforme Brandão (2006, p.89), “a Educação Popular não se trata de um 'método conscientizador', mas é um trabalho sobre cultura que faz da consciência de classe um indicador de direções”, é uma forma de resistência à educação que favorece apenas determinadas classes, um espaço onde educadores e educandos aprendem através da reflexão, prática e troca de saberes. Desta maneira, a educação popular surgiu e surge a partir dos movimentos sociais que buscam uma mudança, inclusão e igualdade de direitos e emergem da sociedade movimentos e práticas que reaproximam movimentos sociais, universidade e escola.

### **3. Movimentos sociais, escola e universidade: aproximações e outras possibilidades**

O controle político e ideológico do Estado sobre os espaços formais de educação se intensifica a partir do regime autoritário nos anos 60. Dentro do espaço escolar se torna inviável a realização de uma educação voltada aos interesses das classes populares. O que acaba reforçando o dilema de que a educação popular acontece apenas em espaços informais.

No entanto, com o desmantelamento do regime militar e das forças coercitivas do Estado, e com o avanço da organização dos movimentos sociais e outras entidades engajadas na busca pela legitimação e visibilidade da educação popular, houve um aprofundamento na

luta pela conquista dos espaços formais de educação. Onde fosse possível demonstrar que a mudança se faz através de uma educação diferenciada, libertadora e emancipadora, pressupostos de uma educação voltada para as classes populares, que precisa estar presente também na escola, e principalmente na escola pública.

A conquista dos espaços formais, para inserção da educação popular não se deu e certamente não se daria de maneira pacífica, e ainda terá que enfrentar muitos desafios para se consolidar. As disputas ideológicas dentro da própria escola, dificultam o entendimento e o consenso entre a comunidade escolar e os seus diferentes atores. De um lado, há os que defendem a educação dos trabalhadores, sua emancipação e conscientização política e social diante da realidade, e de outro lado, existe a manutenção e reprodução do sistema opressor, que gera desigualdade. Nesse sentido, a postura do educador engajado, comprometido com a mudança, está em constante disputa e suas ideias e manifestações propícias ao conflito.

Entre as tarefas dos educadores que se comprometem com a educação popular, nesta disputa ideológica por espaços na educação formal, está a de superar a dicotomia entre teoria prática, suas relações com o trabalho manual e intelectual, na busca por construir práticas educativas comprometedoras e recorrentes, capazes de interferir e alterar o comportamento de excluído da sociedade, ajudando-o a descobrir-se como classe, assumindo posições de libertação diante da opressão, tornando-as artífice da sua história, crescendo em nível de consciência crítica frente à realidade (RODRIGUES, 2008, p. 52).

O comprometimento do educador em relação aos pressupostos de uma nova educação possível está relacionado à dimensão política da educação, sem a qual é inviável a mudança. A educação formal geralmente não reconhece os saberes populares, em detrimento de manter apenas os conhecimentos selecionados de acordo com os interesses das classes hegemônicas, para oferecer ao povo. Não existe abertura de espaço para construção de novas experiências. A restrição do espaço de ensino à sala de aula, torna a escola sem vida e acarreta perda de interesse por parte dos alunos.

As inúmeras atividades que podem ser trabalhadas dentro da própria escola, utilizando seus diferentes espaços, a comunidade onde se encontra a escola, os movimentos sociais, os espaços públicos, geram interações educativas, novos conhecimentos, despertam a curiosidade, aguçam a busca pelo novo. Um exemplo bastante interessante em relação a uma nova forma de fazer a escola, está na Escola Itinerante do Movimento dos Sem Terra (MST), uma importante referência como possibilidade para consolidação da educação popular no sistema formal de ensino.



[...] a Escola Itinerante [...] é conquistada num processo de luta permanente, pelo movimento dos Trabalhadores Sem Terra, num contexto social capitalista, desfavorável a classe trabalhadora. Embora nascida nas entranhas de um modelo ultrapassado, é indicadora de ter feições do povo, porque requerida e pensada pelos sujeitos sociais que a vêem como lugar de formação deste mesmo povo, desta mesma classe, aquela que vive do seu trabalho (CAMINI, 2009, p.172).

A partir da proposta da Escola Itinerante, é possível perceber que as conquistas se dão mediante muita pressão e luta, e que mesmo sobre algumas imposições claras do Estado foi possível construir um modelo de educação que se confronta com a educação formal da escola.

A criação das escolas itinerantes, na esfera da educação alternativa, pode estar contribuindo para a criação de um novo modelo de educação para as classes populares, que pode vir a ser incorporado ao conjunto do sistema de ensino, no sentido de buscar uma escola mais voltada para a realidade dos seus alunos; o que não pode ser restrito a um movimento social, mas ao conjunto da sociedade brasileira [...] (DAVID; FONTOURA *apud* CAMINI, 2009, p. 179-180).

Em relação à construção do trabalho pedagógico da Escola Itinerante, houve mudanças nas relações de quem frequenta a escola e vive nela suas experiências. Essa relação baseia-se numa gestão participativa, democrática, onde toda a comunidade encontra espaço e voz. Uma construção coletiva, baseada nos valores dos próprios sujeitos do movimento e onde os conhecimentos são construídos a partir da realidade de luta do MST pelos seus direitos.

Essa experiência apresenta características que poderiam ser acrescentadas ou modificadas na escola do Estado. Uma escola onde o contato com a realidade dos alunos fosse mais presente, onde houvesse maior participação da comunidade externa, onde os próprios alunos fossem sujeitos da produção do conhecimento, onde se autorizassem a aprender com novas experiências, para além da escola, para além dos livros.

Se a escola já cria barreiras, praticamente intransponíveis, para a inserção de uma educação popular, o ensino superior, pela sua constituição pelas e para as elites, se torna um espaço quase impossível a ser atingido por uma pedagogia da mudança. A lógica em que se fundamenta a educação superior é a reprodução, salvo raros casos, que só estuda quem pode pagar e quem tem tempo disponível para se dedicar apenas aos estudos. Sendo assim, a classe trabalhadora, que internaliza esse entendimento, nem sequer, pensa em uma formação superior, que esta fora do seu alcance. A possível apreensão a partir disso, é que devido às

condições desfavoráveis, tanto materiais como culturais, à classe trabalhadora resta apenas, o mercado de trabalho. Ou seja, vender a sua força de trabalho para suprir suas necessidades.

Muitas vezes, essa situação é contraposta por aqueles alunos que se esforçam ao extremo para manter um trabalho e estudar ao mesmo tempo. Hoje, com a expansão do ensino superior, com a disponibilização de um maior número de vagas, é muito frequente encontrar alunos nessa condição: trabalhador-estudante. No entanto, é possível tecer considerações a respeito dos aspectos positivos e negativos dessa condição.

Primeiramente, temos que considerar que o esforço é recompensado pela aquisição de um diploma, que permite maior mobilidade dentro do mercado profissional, e também uma possível ascensão social, com melhores condições de vida. Mas para além do aspecto profissional, a dimensão qualitativa deve ser levada em conta, referente à qualidade do profissional que esta se formando. Profissional, que na grande maioria das vezes fica restrito ao espaço da sala de aula como único momento de aprendizagem, considerando ainda, as próprias condições físicas que condicionam o aproveitamento das aulas, depois de um dia inteiro de trabalho. Essa análise permite compreender a necessidade de mudanças na lógica do ensino superior, não apenas para a formação de profissionais melhores, mas para uma formação mais humana desses profissionais, para que não se tornem meros reprodutores, acrílicos do sistema que não lhes deu outra escolha.

A análise acima, não compreendeu ainda, outras condições necessárias para uma formação superior de qualidade. Um processo pedagógico que esteja preocupado com as condições reais dos alunos, voltado para uma emancipação cultural, política e social, fazendo com que o estudante se reconheça enquanto sujeito histórico, necessita de uma contrapartida em nível estrutural. Isso diz respeito a condições de aprendizagem, como espaço, material, corpo docente, disponibilidades de outras experiências, como pesquisa, extensão, assistência estudantil, para que possam manter as despesas com os estudos. Para tanto, é necessário que haja investimentos por parte do governo, para que além da oportunidade de estudar, sejam dadas também as condições para que seja uma formação de qualidade, voltada para romper a estrutura desigual da sociedade.

Contudo, é a partir do tensionamento e demandas da sociedade, condição fundamental para profundas transformações, que se pode esperar uma universidade baseada em outras concepções e que não correspondam apenas aos interesses das elites dominantes. Diante disso, podemos citar a Universidade Popular dos Movimentos Sociais como um exemplo. Pensada em 2003 e estruturada em 2005 no Fórum Social Mundial (FSM), a UPMS tem como proposta ser contra hegemônica, formando ativistas e lideranças sociais, bem como é voltada

a pessoas interessadas no estudo de novos processos de transformação social. Com participantes de diversos países, sua metodologia busca romper com a educação bancária através da adoção de círculos de cultura, pesquisa-ação, oficinas temáticas e inter-temáticas, fortalecendo assim a troca de saberes e uma visão crítica do mundo, reunindo teoria e prática e utilizando referências como Boaventura de Sousa Santos, Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão e Orlando Fals Borda (GADOTTI, 2008).

Destaca-se como uma parceria da UPMS, no Brasil, a construção, através de doações e trabalhos voluntários, da Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema/SP. Fundada pelo MST, os cursos são alternativos e promove a aprendizagem através da socialização do conhecimento e do trabalho. A escola não certifica, “seu objetivo é capacitar pessoas que desejam trabalhar em prol de interesses e direitos coletivos” (LIMA, 2012). Portanto, o que legitima a UPMS são os próprios movimentos sociais e é a partir disso que a sociedade torna-se sujeito de sua própria história e constitui atitudes duradouras, adotam um novo senso crítico e se contrapõe ao modelo sócio-econômico que está posto, reivindicando e criando políticas que realmente sejam eficientes.

Outra forma de contribuir para a formação de um novo senso crítico é a criação de programas que articulam o ensino, pesquisa e extensão, repensando a universidade e que dialoguem com movimentos e a comunidade. A partir da realidade da criação da UFFS, mediada por movimentos sociais e no contexto de expansão e interiorização do ensino superior, o Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes, do Campus Erechim, com quase dois anos de existência, tem seus alicerces, como o seu nome remete, na valorização de saberes, em que os bolsistas, alunos provenientes de classes populares, situam a universidade a partir de sua própria trajetória, com a construção de memoriais formativos, discussões e grupos de estudo sobre educação popular, pesquisa participante etc. Mantém diálogo com as escolas da região com o projeto “Quero entrar na UFFS”, apresentando a universidade pública, até então não muito conhecida, e a possibilidade de uma mudança social, incentivando os estudantes, que, muitas vezes, não vêem no seu horizonte a possibilidade de fazer um curso superior. Além disso, procura conhecer o perfil dos calouros da universidade através de uma pesquisa, em andamento, buscando identificar quem são estes alunos, o que os motivou a procurar a UFFS e fazer um curso e quais são as suas expectativas, bem como obter uma avaliação preliminar da finalidade pela qual a universidade foi criada, ou seja, atender uma população historicamente excluída do ensino superior.

Conforme Pereira,

[...] a qualidade de programas como o PET/Conexões de Saberes é fruto de seu alcance político na promoção de debates e nas atividades extensionistas, principalmente, nas escolas públicas da região de abrangência do Campus Erechim. Junto a isso, ao fazer a denúncia das inúmeras dificuldades que o sistema elitista das universidades públicas impõe às classes populares, o grupo de bolsistas anuncia/testemunha novas conexões entre os saberes populares e acadêmicos, possibilitando sínteses que promovam a universidade como instância crítica da sociedade (2011, p. 33).

Tanto a Escola Itinerante do MST, a UPMS e o PET/Conexões de Saberes da UFFS, Campus Erechim, tornam-se um espaço de reflexão/ação. Apresentar perspectivas e ações que reúnem o saber e o fazer e a crítica de sua própria realidade coloca em xeque a distinção entre o saber popular e o científico. Faz com que os movimentos sejam, primeiramente, legitimados por si mesmos o que os torna sujeitos de sua própria história, constituindo atitudes duradouras, adotando um novo senso crítico e se contrapondo ao modelo socioeconômico que está posto, por fim, reivindicando e criando políticas que realmente sejam eficientes do ponto de vista social e não somente econômico.

#### **4. Considerações Finais**

Partindo do fato de que a educação está permeada por contradições, constitui-se em um ato político que se desdobra na escola e na universidade, temos que ficar atentos a todos os fatores que envolvem estas duas instituições, principalmente entendendo políticas públicas como uma disputa política. As questões de acesso, permanência, estrutura e ensino adequado, tanto na escola como na universidade, não podem ser tratadas como elementos independentes, de forma isolada e nem ser tratadas como gastos, mas sim como um investimento que vai redundar no tipo de sociedade que se pretende formar.

Pensar em uma universidade com concepções emancipatórias e a partir da realidade de cada local requer reverter a ideia de que uma universidade popular é inferior, ou então, de que ser popular é apenas aumentar o acesso, financiar bolsas de estudos, logo, não precisa de investimentos em estrutura, professores, etc. Perante isso, considerar a realidade de cada local é ponderar as suas especificidades, levar em conta a realidade da comunidade na qual a universidade está inserida, bem como da comunidade acadêmica. Pensar em uma universidade realmente popular requer cuidados para não cair na mesma lógica reprodutivista, repensar sempre a prática, não ficar apenas na teoria, buscar aproximações e possibilidades.

Uma vez que a escola e universidade não foram criadas em si e para si, são produtos da sociedade e condicionadas por ela, promover a discussão e a troca de saberes entre movimentos, escola e universidade faz com que o indivíduo torne-se sujeito e perceba-se como parte integrante de uma mesma luta e veja não apenas as contradições, limites e fatalismos, mas também desafios, alternativas, enfim, uma possibilidade de mudança.

## 5. Referências

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006 [coleção primeiros passos].

\_\_\_\_\_. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007 [coleção primeiros passos].

CAMINI, I. **Escola Itinerante**: na fronteira de uma nova escola. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GADOTTI, M. **Universidade popular dos movimentos sociais**: breve história de um sonho possível. 2008. Disponível em: <<http://www.universidadepopular.org/media/relatos%20oficinas/gadotti.pdf>> Acesso em 09 jul. 2012.

HÖFLING, E. M.. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

LIMA, Y. L. Escola Nacional Florestan Fernandes visa a socialização do conhecimento. Disponível em: <<http://www.mst.org/Escola-Nacional-Florestan-Fernandes-visa-a-socializacao-do-conhecimento%20>>. Acesso em 14 set. 2012.

LEHER, R. Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. in: MAGALHÃES, J. P. A. et alli. **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 369-412.

PEREIRA, T. I. Construindo uma universidade pública e popular: intencionalidades políticos, pedagógicas e epistemológicas da proposta do grupo PET/Conexões de Saberes na UFFS/Erechim. In. ZITKOSKI, J. J.; MORIGI, V. (Orgs). **Educação popular e práticas emancipatórias**: desafios contemporâneos. Porto Alegre: Corag, 2011, p. 25-34.

PEREIRA, T. I.; SILVA, L. F. S. C. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, jul-dez 2010. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates>>. Acesso em 09 jul. 2012.

RODRIGUES, A. C. Educação popular: histórico e concepções teóricas. In: MELLO, M. (Org.). **Paulo Freire e a educação popular**: reafirmando o compromisso com a emancipação das classes populares. Porto Alegre: Ippoa/Atempa, 2008, p.31-60.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010 p. 187-233.

WANDERLEY, L. E. W. **O que é universidade.** 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003 [coleção primeiros passos].